



**Recomposição das
Bancadas e Projeções para
as Eleições de 2026**





Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente. Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção.**

Temos como **MISSÃO:** Avaliar o desempenho dos parlamentares e influenciar decisões do Congresso Nacional para promover a eficiência do Estado brasileiro. **VISÃO:** Contribuir para que o Congresso Nacional se torne uma instituição de orgulho para os brasileiros. **VALORES:** Integridade / Transparência / Eficiência / Visão de dono / Liberdade / Responsabilidade individual / Defesa do Estado de Direito

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros.

Equipe Técnica:

Luan Sperandio | Gabriel Jubran | Giancarlo Mendes

Índice

01

Introdução

02

Objetivo

03

Metodologia

04

Análise

05

Resultado

06

Conclusão



01

Introdução

Introdução

A recomposição das bancadas para as eleições de 2026 ocorre em um cenário político marcado pela reorganização partidária, pela consolidação de federações, pela busca de fortalecimento institucional das legendas e pelos impactos cada vez mais relevantes da cláusula de barreira sobre o sistema político brasileiro. Nesse contexto, as movimentações parlamentares realizadas ao longo da legislatura ganharam papel central na definição das estratégias eleitorais, na construção de palanques estaduais e na disputa por espaços de poder no Congresso Nacional.

Mais do que simples trocas de legenda, essas movimentações refletem mudanças mais profundas na dinâmica política nacional. Partidos passaram a buscar maior alinhamento interno, fidelidade às direções partidárias e estruturas mais competitivas para enfrentar as eleições proporcionais e majoritárias de 2026. Ao mesmo tempo, parlamentares procuraram legendas com maior viabilidade eleitoral, acesso a fundos partidários mais robustos, melhores condições de disputa regional e proximidade com projetos presidenciais competitivos.

O cenário também é influenciado pelo desempenho recente das siglas nas eleições municipais de 2024, pela disputa por protagonismo nas eleições presidenciais e pela necessidade de sobrevivência institucional de partidos menores diante das exigências da cláusula de barreira. Como consequência, o sistema partidário brasileiro passa por uma nova fase de reorganização política, marcada por federações, fusões, incorporações e reposicionamentos estratégicos das principais lideranças nacionais.



02

Objetivo




Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar a recomposição das bancadas partidárias e seus impactos sobre o equilíbrio de forças no Congresso Nacional, as estratégias eleitorais das legendas e a formação de alianças políticas para as eleições de 2026. A partir da observação das principais filiações, desfiliações, federações e articulações partidárias, busca-se compreender como esses movimentos influenciam a governabilidade, o posicionamento ideológico dos partidos, a competitividade eleitoral e a estruturação dos palanques estaduais.

A análise também procura identificar os partidos que ampliaram ou reduziram sua influência política ao longo da legislatura, os efeitos das movimentações sobre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, além das perspectivas de consolidação de novas alianças partidárias no pós-eleição.

Dessa forma, o estudo pretende oferecer uma visão abrangente sobre a atual reconfiguração do sistema partidário brasileiro e seus possíveis efeitos sobre a representação política, a governabilidade e a disputa eleitoral no ciclo de 2026.



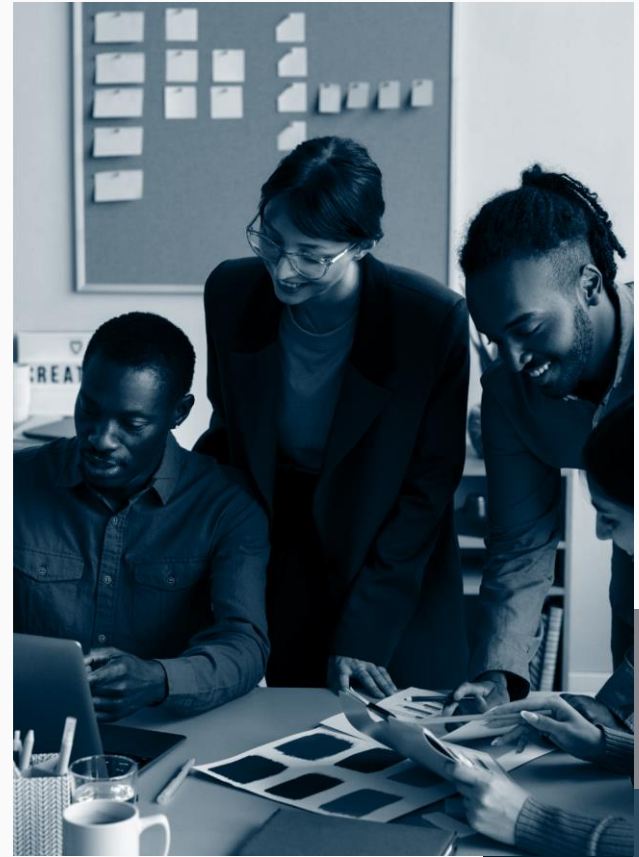


03

Metodologia

Metodologia

O estudo foi elaborado a partir da análise das movimentações partidárias ocorridas ao longo da legislatura iniciada em 2023, com foco na recomposição das bancadas para as eleições de 2026. Foram considerados dados sobre filiações, desfiliações, federações, fusões partidárias, composição das bancadas no Congresso Nacional e desempenho dos partidos nas eleições municipais de 2024. A pesquisa combina análise quantitativa e qualitativa, observando tanto a variação no tamanho das bancadas quanto os fatores políticos e eleitorais que influenciaram as movimentações. Também foram considerados elementos como cláusula de barreira, estratégias regionais, disputa presidencial e formação de alianças políticas.





04

Análise

Análise

A recomposição das bancadas para as eleições de 2026 mostra um sistema partidário cada vez mais concentrado em grandes blocos políticos, impulsionado pela cláusula de barreira, pelas federações partidárias e pela busca de maior competitividade eleitoral. O movimento fortaleceu partidos com maior estrutura nacional e enfraqueceu legendas menores, que passaram a depender de alianças, federações ou futuras fusões para garantir sobrevivência institucional.

No campo da direita, o PL consolidou-se como principal força política ligada ao bolsonarismo, ampliando sua bancada e fortalecendo palanques estaduais para a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro. O Republicanos também cresceu ao atrair parlamentares alinhados à direita conservadora e reforçar sua presença regional.

No centro político, PSD, MDB, União Brasil e PP aparecem como os principais beneficiados da reorganização partidária. O PSD ampliou sua presença nacional com a filiação de governadores, senadores e deputados, mantendo perfil pragmático e forte inserção no governo federal. O MDB preservou sua grande capilaridade municipal, enquanto União Brasil e PP apostaram na Federação União Progressistas para formar o maior bloco político do país em número de parlamentares, governadores e prefeitos.

Análise

Na esquerda, o PT segue como principal força política do campo progressista, sustentado pela Presidência da República e pela federação com PCdoB e PV. O PSOL manteve estabilidade, mas continua dependente da federação com a Rede, que enfrenta dificuldades estruturais e disputas internas. PCdoB e PV reforçaram ainda mais sua dependência da Federação Brasil da Esperança para manter competitividade eleitoral.

Entre os partidos médios, o PSB manteve crescimento gradual, especialmente no Nordeste, aproveitando o enfraquecimento do PDT em estados como o Ceará. Já o Podemos tentou consolidar espaço no centro-direita ao atrair deputados de diferentes partidos, enquanto o Novo manteve perfil ideológico mais definido, focado em nichos urbanos e liberais.

O PDT e o PSDB foram os partidos que mais demonstraram sinais de fragilidade estrutural. O PDT sofreu forte esvaziamento, especialmente no Ceará, enquanto o PSDB perdeu governadores e parlamentares importantes, passando a discutir novas federações ou fusões para garantir relevância nacional. O Cidadania também enfrenta crise interna e redução de bancada, tornando-se cada vez mais dependente de alianças para sobreviver.

Análise

Entre as legendas menores, Solidariedade, Avante e PRD enfrentam dificuldades para atingir a cláusula de barreira e tendem a buscar federações, incorporações ou fusões no pós-eleição. O Solidariedade tenta sobreviver após a incorporação do PROS, enquanto o PRD busca consolidação após a fusão entre PTB e Patriota. Já partidos como Agir, Mobiliza, DC possuem baixa densidade eleitoral e devem continuar com estratégias de compor com partidos maiores, sem ambição de uma fusão ou federação para alcançar a cláusula de barreira.

De forma geral, o cenário aponta para uma redução gradual da fragmentação partidária brasileira, com fortalecimento de grandes blocos políticos e crescente pressão institucional sobre partidos menores. A tendência para 2026 e para o período pós-eleitoral é de maior concentração de forças em torno de federações, fusões e partidos com ampla estrutura nacional e capacidade de articulação regional.



05

Resultado

Podemos



Nas eleições de 2022, o Podemos apresentou desempenho relevante, elegendo 12 deputados federais e garantindo presença em 14 estados com 28 deputados estaduais. O resultado assegurou o cumprimento da cláusula de barreira, consolidando a legenda como uma sigla de médio porte com presença nacional. Em 2024, o Podemos elegeu 122 prefeitos e 2.329 vereadores. Ainda assim, o partido passou a trabalhar com o objetivo de ampliar sua bancada para 2026 e fortalecer sua posição no Congresso Nacional.

Nesse contexto, a incorporação do Partido Social Cristão (PSC) contribuiu para reforçar a estrutura partidária, embora parte da bancada tenha se dispersado, com saídas como Gilberto Nascimento para o PSD, Aluisio Mendes e Euclides Pettersen para o Republicanos. Apesar dessas perdas, o partido apresentou crescimento antes mesmo da janela partidária, com destaque para o Senado Federal. A legenda, que contava inicialmente com apenas um senador, ampliou significativamente sua representação com as filiações de Carlos Viana e Zequinha Marinho vindo do PL, Rodrigo Cunha e Soraya Thronicke do União Brasil.

Por outro lado, o Podemos também registrou baixas no período pré-janela. Na Câmara dos Deputados, deixaram a sigla parlamentares como Duarte Gonçalves Jr. (Minas Gerais), Igor Timo (Minas Gerais) e Maurício Marcon (Rio Grande do Sul). No Senado, houve perdas importantes, como as saídas de Eduardo Girão para o NOVO, Styvenson Valentim e Oriovisto Guimarães para o PSDB.

Podemos



Apesar disso, o saldo final da janela partidária de 2026 foi amplamente positivo. O Podemos saltou de 16 para 27 deputados federais com mandato, além de contar com três suplentes, evidenciando um crescimento consistente e distribuído em diversas unidades da federação, como São Paulo, Pará, Rondônia, Paraíba, Paraná e Goiás. Durante o período, o partido registrou apenas cinco saídas, os deputados federais Raimundo Costa, Dr. Victor Linhalis e Enfermeira Ana Paula, além de dois senadores, Carlos Viana e Marcos do Val e recebeu a filiação de 14 deputados federais, além de parlamentares suplentes. No Senado, a chegada de Giordano reforçou ainda mais a bancada.

Nos estados, o crescimento foi expressivo. Em São Paulo, o partido ampliou de forma significativa sua bancada federal, passando de três para onze deputados, com a filiação de nomes como Delegado Palumbo (ex-MDB), Antonio Carlos Rodrigues (ex-PL), David Soares (ex-União), Delegado Bruno Lima (ex-PP), Marangoni (ex-União), Ribamar Silva (ex-PSD), Felipe Becari (ex-União) e o retorno de Gilberto Nascimento (ex-PSD), além do suplente Douglas Viegas (ex-União). O estado se tornou o principal polo da legenda, além de se tornar a segunda maior bancada no estado, somente atrás do PL.

No Mato Grosso, o ingresso de Max Russi (ex-PSB), presidente da Assembleia Legislativa, além do deputado federal Nelson Barbudo (ex-PL), simboliza o avanço da legenda também no plano estadual, acompanhado da filiação de prefeitos, vereadores e deputados estaduais, indicando a tentativa de construção de uma alternativa competitiva nos estado.

Podemos



No Paraná, o partido avançou com a filiação de Felipe Francischini, além de suplentes como Rodrigo Estacho e Luciano Alves que vieram do PSD, consolidando uma base alinhada à estrutura estadual já comandada por Flávia Francischini, mãe de Felipe Francischini. No Pará, a sigla se fortaleceu com a chegada de Olival Marques e Alessandra Haber, ambos oriundos do MDB. Em Rondônia, Cristiane Lopes (ex-União) passou a integrar a bancada ao lado de Rafael Fera, ampliando a presença regional. Em Roraima, a filiação de Duda Ramos garantiu representação em um estado onde o partido não havia eleito deputados federais.

Do ponto de vista estratégico, o Podemos mantém uma atuação pragmática, priorizando a formação de chapas proporcionais competitivas e a composição de alianças nas eleições majoritárias. A legenda historicamente lança poucos candidatos a cargos executivos, optando por negociar apoios em troca de fortalecimento nas disputas legislativas e ampliação de sua bancada. Internamente, o partido apresenta uma característica distintiva: uma bancada com perfil mais renovado, dos 14 parlamentares recém-filiados, 9 estão em primeiro mandato o que reduz a presença de lideranças tradicionais e amplia o espaço para crescimento político de novos quadros, o que reforça a imagem de um partido com poucos “caciques” tradicionais e mais espaço para novas lideranças. Além disso, a legenda se tornou atraente para parlamentares que buscam maior projeção, tanto no plano partidário quanto institucional, especialmente por oferecer estrutura nacional, fundo partidário, tempo de TV, representação no Congresso e presença no governo federal, diferenciais que a tornam mais competitiva do que partidos pequenos, que não dispõem da mesma capilaridade e influência.

União Brasil



Nas eleições de 2022, em sua primeira disputa nacional após a fusão entre DEM e PSL, o União Brasil elegeu 59 deputados federais, 5 senadores, além de 4 governadores e 2 vice-governadores, consolidando-se como uma das maiores forças políticas do país. A legenda nasceu reunindo grupos de diferentes tradições ideológicas e regionais, o que garantiu ampla capilaridade, mas também gerou disputas internas frequentes entre alas com interesses distintos. Já nas eleições municipais de 2024, o partido demonstrou forte presença territorial ao eleger 591 prefeitos, 507 vice-prefeitos e 5.445 vereadores, ampliando sua influência nos estados e municípios.

Com a aproximação das eleições de 2026, a direção nacional passou a buscar uma estrutura mais coesa e alinhada à executiva partidária. O principal movimento nesse sentido foi liderado pelo presidente Antônio de Rueda, principal articulador da fusão entre PSL e DEM, que repetiu a estratégia de ampliação partidária ao construir, ao lado de Ciro Nogueira, a Federação União Progressistas, reunindo União Brasil e PP.

A nova federação passou a concentrar uma das maiores estruturas políticas do país, somando 98 deputados federais, 10 senadores, 6 governadores e 6 vice-governadores, além de ampla presença municipal, com 1.343 prefeitos, 1.191 vice-prefeitos e 12.349 vereadores. Com isso, o grupo tornou-se a maior força política tanto na Câmara dos Deputados quanto nos governos estaduais e nas administrações municipais.

União Brasil



Internamente, o União Brasil adotou uma estratégia de reorganização da bancada, buscando reduzir a independência excessiva dos parlamentares e ampliar a fidelidade às orientações partidárias e da executiva nacional. A avaliação da direção era de que parte significativa da bancada eleita em 2022 possuía pouca ligação orgânica com o partido, utilizando a sigla mais como instrumento eleitoral do que como espaço político estruturado.

Nesse contexto, a legenda foi o partido que mais recebeu filiações, com 21 novos deputados federais, embora tenha registrado 29 saídas. Entre os reforços estão Aline Gurgel (Amapá), Defensor Stélio Dener (Roraima), Diego Garcia (Paraná), Gabriel Mota (Roraima), Messias Donato (Espírito Santo), Samuel Viana (Minas Gerais) e Thiago Flores (Rondônia), oriundos do Republicanos; Igor Timo (Minas Gerais), Josivaldo JP (Maranhão), Luiz Fernando Faria (Minas Gerais), Luisa Canziani (Paraná), Paulo Litro (Paraná) e Zé Haroldo Cathedral (Roraima), vindos do PSD; Delegado da Cunha (São Paulo), Fausto Pinato (São Paulo) e Marx Beltrão (Alagoas), que deixaram o PP; Mauro Benevides Filho (Ceará) e Max Lemos (Rio de Janeiro), oriundos do PDT; Geraldo Resende (Mato Grosso do Sul), que deixou o PSDB; Henderson Pinto (Pará), vindo do MDB; além de Zé Silva (Minas Gerais), oriundo do Solidariedade.

Para o pós-eleição de 2026, a estratégia do partido é consolidar a Federação União Progressistas em uma fusão definitiva, caso a experiência federativa se mostre bem-sucedida. A avaliação interna é de que a unificação poderá ampliar ainda mais o poder de negociação da legenda no Congresso Nacional, além de fortalecer sua presença em governos estaduais e sua influência dentro do governo federal.

Partido Renovador Trabalhista Brasileiro



Protagonista nas eleições municipais de 2024, com a candidatura de Pablo Marçal à Prefeitura de São Paulo, o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), então comandado por Leonardo Avalanche, passou a enfrentar forte instabilidade interna após o pleito. O partido viveu uma crise institucional marcada pela contestação da destituição de Avalanche da presidência nacional e pela realização de uma eleição interna que conduziu Amauri Pinho ao comando da sigla. A disputa pelo controle partidário chegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Posteriormente, Leonardo Avalanche reassumiu oficialmente a presidência do PRTB após decisão judicial que suspendeu os efeitos da eleição de Amauri Pinho, realizada em julho de 2025. A decisão teve como base laudo pericial da Polícia Federal, que apontou irregularidades nas assinaturas dos documentos utilizados para registrar a nova diretoria.

Apesar da decisão favorável, o processo permaneceu sob análise no TSE e, sob a presidência da ministra Cármen Lúcia, não houve liberação de acesso ao partido para Leonardo Avalanche, impedindo-o de exercer plenamente o comando da sigla. Sem controle efetivo da estrutura partidária, o dirigente não conseguiu viabilizar seu plano de lançar candidaturas em todos os estados, incluindo uma candidatura à Presidência da República. Como consequência direta desse impasse jurídico e administrativo, o PRTB não deverá apresentar candidatos nas eleições de 2026.

Partido Renovador Trabalhista Brasileiro



Além disso, a intervenção judicial abriu margem para a saída de filiados, incluindo deputados estaduais, vereadores e prefeitos, mesmo fora das janelas partidárias específicas, ampliando o esvaziamento político da legenda. Como resultado, o partido perdeu a totalidade de sua bancada de sete deputados estaduais: Wagner Neto, Júlio Pina e Coronel Adailton, de Goiás, migraram para o Solidariedade; Dra. Zeli, também de Goiás, filiou-se inicialmente ao União Brasil e, posteriormente, ao Mobiliza; Rafael Tavares, de Mato Grosso do Sul, após ter o mandato cassado, ingressou no PL; Coronel Chagas, de Roraima, transferiu-se para o União Brasil; e Marcinho Belota também se filiou ao PL.

Apesar do esvaziamento político, interlocutores da legenda afirmam, nos bastidores, que Leonardo Avalanche pode surgir como uma alternativa presidencial caso consiga consolidar o controle da sigla até o período das convenções partidárias. A avaliação interna é de que o domínio da estrutura partidária antes do prazo eleitoral é determinante para viabilizar uma eventual candidatura ao Palácio do Planalto.

Partido Comunista do Brasil



Nas eleições de 2022, o PCdoB elegeu seis deputados federais e manteve representação em assembleias legislativas de diferentes estados, atuando como integrante da federação formada com PT e PV. Historicamente ligado aos movimentos sociais, sindicais e estudantis, o partido manteve alinhamento consistente com o campo da esquerda, apoiando a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e integrando a base governista no Congresso Nacional. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda teve um desempenho considerado fraco, elegendo apenas 19 prefeitos, 17 vice-prefeitos e 345 vereadores, registrando queda significativa em relação a ciclos anteriores e perda de espaço em municípios onde tradicionalmente possuía presença política.

O PCdoB integra atualmente a Federação Brasil da Esperança, ao lado de PT e PV, estrutura construída para as eleições de 2022 e considerada essencial para a sobrevivência institucional das legendas menores do campo progressista. Dentro da federação, o PT conta atualmente com 66 deputados federais, enquanto o PV possui 6 parlamentares. Somadas, as três siglas alcançam uma bancada de 83 deputados federais, formando uma das maiores forças políticas do Congresso Nacional.

Partido Comunista do Brasil



Ao longo da legislatura, o PCdoB ampliou sua presença na Câmara principalmente em razão de mudanças envolvendo parlamentares titulares do PT. Entre os nomes que assumiram mandato estão Orlando Silva (São Paulo), suplente após Alexandre Padilha assumir o Ministério da Saúde; Inácio Arruda (Ceará), que ocupou a vaga deixada por José Guimarães ao assumir o Ministério das Relações Institucionais; Enfermeira Rejane (Rio de Janeiro), efetivada após Washington Quaquá assumir a prefeitura de Maricá; e Professora Marcivânia (Amapá), beneficiada pela decisão do STF que redefiniu a distribuição das chamadas “sobras eleitorais” das eleições de 2022.

Na janela partidária de 2026, o partido registrou apenas uma movimentação relevante na Câmara dos Deputados, mas conseguiu ampliar sua bancada de dez para onze parlamentares com a filiação de Gervásio Maia (Paraíba), oriundo do PSB. O movimento foi visto como importante para fortalecer a presença do partido no Nordeste e ampliar sua competitividade dentro da federação.

Para 2026, o PCdoB aposta fortemente na manutenção da federação com PT e PV como principal mecanismo de competitividade eleitoral, garantindo acesso ampliado ao fundo eleitoral e ao tempo de propaganda em rádio e televisão. A legenda preserva sua identidade ideológica vinculada à esquerda marxista e mantém como principal prioridade política a reeleição do presidente Lula. Paralelamente, o partido busca ampliar sua presença nas assembleias legislativas, sobretudo em estados do Nordeste, Norte e em São Paulo, onde ainda mantém bases organizadas em movimentos sociais, estudantis e sindicais.

Avante



Nas eleições de 2022 e 2024, o Avante apresentou avanço em seu desempenho eleitoral, conseguindo ultrapassar a cláusula de barreira e ampliando sua presença institucional. Em 2022, o partido elegeu sete deputados federais e 14 deputados estaduais, consolidando uma base parlamentar mais robusta. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda alcançou a marca de 135 prefeitos eleitos. O saldo da janela partidária de 2026 foi negativo para a sigla. Ao longo do período, o partido perdeu um vice-governador, nove deputados estaduais e quatro deputados federais, enquanto conseguiu filiar apenas seis deputados estaduais, um deputado federal e um senador.

Nos bastidores, entretanto, a sigla é frequentemente vista como instável por parte de parlamentares e dirigentes políticos, em razão de recorrentes interferências da executiva nacional nos diretórios estaduais, incluindo trocas de presidentes e de membros das executivas locais, muitas vezes decorrentes de articulações envolvendo parlamentares e integrantes do governo federal. Esse cenário tem levado lideranças estaduais a optarem por construir seus projetos políticos em outras legendas, como Solidariedade e a Federação PSDB/Cidadania, partidos de menor porte que também superaram a cláusula de barreira e oferecem maior previsibilidade interna. Soma-se a isso o fato de o Avante ter apoiado Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e integrar a base do governo federal, o que gera resistência entre quadros mais alinhados ao centro e à centro-direita, que demonstram receio quanto a um eventual novo alinhamento com o presidente em 2026. Nesse contexto, com o encerramento da janela partidária, o partido anunciou o escritor Augusto Cury como seu candidato à Presidência da República.

Avante



Nos movimentos mais recentes, o Avante intensificou sua articulação em diferentes unidades da federação. Na Bahia, onde já contava com o deputado federal Pastor Sargento Isidório, eleito em 2022 e que busca a reeleição, o partido ampliou significativamente sua bancada na Assembleia Legislativa, passando de 1 para 6 deputados estaduais com a filiação de Felipe Duarte (PP), Laerte do Vando (Podemos), Luciano Araújo (Solidariedade), Soane Galvão (PSB) e Vitor Azevedo (PL). O movimento foi articulado por Ronaldo Carletto, presidente estadual da sigla, ex-deputado federal e pai do deputado Neto Carletto, que busca viabilizar sua candidatura a vice-governador na chapa do governador Jerônimo Rodrigues, candidato à reeleição. Em Pernambuco, o deputado federal Waldemar Oliveira, eleito pelo Avante em 2022, também fortaleceu suas bases políticas e reposicionou o partido no estado, que anteriormente apoiava Marília Arraes, que recentemente saiu do Solidariedade e filiou no PDT e passou a alinhar-se à governadora Raquel Lyra (PSD).

No Mato Grosso do Sul, o partido reforçou sua estrutura com a filiação do deputado estadual e primeiro-cavalheiro de Campo Grande, Lídio Lopes, que assumiu a presidência estadual da legenda após deixar o Patriota em decorrência da fusão com o PTB. No Espírito Santo, o Avante também se fortaleceu com a filiação do senador Marcos do Val, que deve comandar a sigla no estado. No Maranhão, a legenda avançou com a chegada do deputado federal Duarte Jr., ampliando sua presença política local.

Avante



No Amazonas, o partido busca expandir sua atuação com a possível candidatura do prefeito de Manaus, David Almeida. Apesar desse movimento, houve perdas relevantes no estado, como a saída do vice-governador Tadeu de Souza para o PP e de dois deputados estaduais, Wanderley Monteiro, que se filiou ao União Brasil, e Mayra Dias, que migrou para o PSD, ainda que a sigla tenha conseguido atrair diversas lideranças locais.

Ao mesmo tempo em que avança em algumas regiões, o Avante enfrenta baixas significativas em sua composição. No Distrito Federal, perdeu o deputado estadual João Cardoso para o PL. Em Goiás, a legenda ficou sem representação na Assembleia Legislativa após a saída de seus dois deputados estaduais: Anderson Teodoro, que se filiou ao PRD, e André do Premium, que migrou para o União Brasil. Em Alagoas, perdeu seu único deputado estadual, Marcos Barbosa, para o PT. Situação semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, com a saída de Jorge Felipe Neto para o PL, e no Ceará, onde Stuart Castro deixou a sigla para ingressar no Republicanos. Em Minas Gerais, estado do presidente nacional Luis Tibé, o partido registrou perdas expressivas, com a saída dos deputados federais Delegada Ione e Greyce Elias para o PL, Bruno Farias para o Republicanos e André Janones para a Rede, este último com intenção de disputar o governo estadual. No âmbito estadual, também houve a saída do deputado estadual Arlen Santiago, que se filiou ao MDB.

Partido da Social Democracia Brasileira



Nas eleições de 2022, o PSDB apresentou um desempenho reduzido em comparação a ciclos anteriores, elegendo 13 deputados federais e não conseguindo eleger senadores, embora ainda tenha mantido presença relevante nos governos estaduais. Já nas eleições municipais de 2024, o partido demonstrou capilaridade ao eleger 276 prefeitos e 2.952 vereadores, preservando sua inserção em nível local.

A janela partidária de 2026 foi bastante movimentada para a legenda, com a entrada de doze deputados federais e a saída de oito, além da filiação da senadora Dra. Eudócia (Alagoas), oriunda do PL. Entre os principais nomes que ingressaram na sigla estão Pastor Eurico (Pernambuco) e Professor Alcides (Goiás), oriundos do PL; Dr. Victor Linhalis (Espírito Santo), vindo do Podemos; Vicentinho Júnior (Tocantins) e Marcelo Queiroz (Rio de Janeiro), que deixaram o PP; Antônio Andrade (Tocantins) e Jeferson Rodrigues (Goiás), vindos do Republicanos; além de Juscelino Filho (Maranhão), Juninho do Pneu (Rio de Janeiro), Marcos Soares (Rio de Janeiro), Murillo Gouvêa (Rio de Janeiro) e Ricardo Abrão (Rio de Janeiro), todos oriundos do União Brasil.

Por outro lado, deixaram o partido: Dagoberto Nogueira (Mato Grosso do Sul), que se filiou ao PP; Lucas Redecker (Rio Grande do Sul), Paulo Alexandre Barbosa (São Paulo) e Vitor Lippi (São Paulo), que migraram para o PSD; Beto Pereira (Mato Grosso do Sul), Geovania de Sá (Santa Catarina) e Lêda Borges (Goiás), que ingressaram no Republicanos; além de Geraldo Resende (Mato Grosso do Sul), que se filiou ao União Brasil.

Partido da Social Democracia Brasileira



No plano estadual, o partido sofreu um impacto relevante com a saída de seus três governadores: Raquel Lyra e Eduardo Leite, que se filiaram ao PSD, e Eduardo Riedel, que migrou para o PP. Essas perdas afetaram diretamente a capacidade do PSDB de estruturar palanques competitivos nesses estados, como exemplificado pelo esvaziamento da bancada federal em Mato Grosso do Sul. Ainda assim, o partido mantém atratividade em diversas unidades da federação por sua tradição, capilaridade e ausência, em alguns estados, de lideranças dominantes, o que abre espaço para novos quadros políticos crescerem internamente.

Além disso, o sistema eleitoral proporcional segue sendo um fator relevante para a estratégia tucana. A regra prática do quociente eleitoral, em que a nominata precisa atingir cerca de 80% do quociente e candidatos individualmente cerca de 20% para viabilizar cadeiras, permite que o partido eleja parlamentares mesmo com votações individuais menos expressivas, desde que haja composição competitiva de chapa.

No Ceará, o PSDB passou por um movimento de fortalecimento com a filiação de Ciro Gomes, ocorrida em outubro de 2025, após sua saída do PDT. Com sua chegada, o partido ganhou nova centralidade no estado e passou a atrair quadros da oposição local. Na Assembleia Legislativa, a sigla formou a terceira maior bancada, alcançando sete deputados estaduais com a incorporação de parlamentares oriundos do PDT e do União Brasil. Esse reposicionamento aproximou o PSDB de setores oposicionistas, incluindo lideranças ligadas ao PL no estado, ampliando sua competitividade regional.

Partido da Social Democracia Brasileira



Atualmente, o PSDB conta com uma bancada de 17 deputados federais, número que o coloca acima do mínimo exigido pela cláusula de barreira que entrará em vigor em 2027. Diante desse cenário, o partido busca se fortalecer nas eleições de 2026, com o objetivo de ampliar sua representação e, sobretudo, estruturar palanques competitivos em todas as unidades da federação e já pensar na Cláusula de Barreira de 2031.

Além disso, a legenda segue integrada à federação com o Cidadania, uma aliança que já vinha sendo alvo de questionamentos desde as eleições de 2022 e 2024. O Cidadania, por sua vez, enfrenta um momento de fragilidade, tendo reduzido sua bancada para apenas dois deputados federais após a saída de parlamentares. No campo interno, o partido também passa por disputas judiciais e mudanças de comando, com Comte Bittencourt perdendo a presidência na justiça para o deputado federal Alex Manente (São Paulo), o que adiciona instabilidade à federação.

No horizonte pós-eleitoral, o PSDB deve intensificar sua movimentação em busca de uma nova federação ou até mesmo uma fusão partidária. Antes da janela partidária, foram discutidas diferentes possibilidades, incluindo aproximações com Avante e Podemos. No entanto, as negociações enfrentaram entraves significativos. Nos bastidores, lideranças relatam dificuldades sobretudo em razão da estrutura interna do PSDB, que reúne nomes tradicionais e “medalhões” da política, como Aécio Neves e Beto Richa. Em tratativas com partidos como o Podemos, por exemplo, houve divergências quanto à distribuição de comando e diretórios estaduais, já que, mesmo em estados onde o Podemos possui maior representação, o PSDB resistia em ceder espaço político a fim de preservar o protagonismo de suas principais lideranças.

Democrata



Antigo Partido da Mulher Brasileira (PMB), o partido teve seu nome alterado para Democrata em dezembro de 2025. A legenda já chegou a contar com uma bancada de cerca de 20 deputados federais, mas perdeu força nas últimas eleições, quando obteve desempenho mais modesto, nas últimas eleições elegeu alguns prefeitos, vereadores e três deputados estaduais.

Na janela partidária de 2026, o Democrata sofreu baixas relevantes, com a saída de seus três deputados estaduais: Rozenha (Amazonas), que se filiou ao PSD; e Rárison Barbosa e Neto Loureiro (Roraima), que migraram para o PL. Por outro lado, a sigla recebeu a filiação do deputado distrital Jorge Vianna, ampliando sua presença no Distrito Federal. No Distrito Federal, o diretório é presidido por Natália Miranda, esposa do ex-deputado federal Luís Miranda, que articula uma possível candidatura a deputado distrital, buscando compor chapa ao lado de Jorge Vianna.

Para as eleições de 2026, o Democrata pretende ampliar sua representação. Atualmente, a sigla já conta com diretórios em quase todos os estados, com foco na eleição de deputados estaduais e federais. Nos bastidores, a legenda é vista como um partido “seguro”, em que os diretórios estaduais são preservados pela direção nacional, com menor interferência de lideranças externas, como parlamentares e ministros. Além disso, a sigla tem sido utilizada como alternativa por governadores e prefeitos para acomodar aliados e ampliar suas bases políticas, funcionando como um instrumento de apoio indireto a candidaturas majoritárias.

Republicanos



Nas eleições de 2022, o Republicanos apresentou um desempenho expressivo, consolidando-se como uma das principais forças do Congresso Nacional. A legenda elegeu dois governadores, dois senadores, 40 deputados federais, 75 deputados estaduais, um deputado distrital e ainda garantiu duas vice-governadorias. Já nas eleições municipais de 2024, o partido ampliou significativamente sua presença local, com a eleição de 433 prefeitos e 4.581 vereadores, reforçando sua capilaridade em todo o país.

No cenário nacional, o Republicanos integrou a coligação “Pelo Bem do Brasil”, ao lado de PP e PL, que lançou a candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição em 2022. Esse alinhamento levou o partido a abrigar um número relevante de parlamentares identificados com o bolsonarismo. Após a derrota eleitoral, no entanto, a sigla passou a adotar uma postura mais pragmática, abrindo diálogo com o governo federal. Nesse contexto, o presidente Lula nomeou Silvio Costa Filho para o ministério de portos e aeroportos, movimento que sinalizou uma aproximação institucional. Além disso, Hugo Motta alcançou a presidência da Câmara dos Deputados em 2024 com apoio tanto de setores da oposição quanto da base governista, evidenciando o posicionamento estratégico do partido.

Republicanos



A janela partidária de 2026 foi bastante movimentada para o Republicanos. A legenda registrou a entrada de 14 novos deputados federais e a saída de 16, além de ampliar sua presença no Senado com a filiação de Angelo Coronel (Bahia), vindo do PSD e no Executivo estadual com a chegada do vice-governador Barbosinha (Mato Grosso do Sul), vindo do PSD. Entre os principais nomes que ingressaram na legenda estão Amom Mandel (Amazonas), vindo do Cidadania; Beto Pereira (Mato Grosso do Sul), Geovania de Sá (Santa Catarina) e Lêda Borges (Goiás), oriundos do PSDB; Daniela do Waguinho (Rio de Janeiro), que deixou o União Brasil; Bruno Farias (Minas Gerais), vindo do Avante; Diego Coronel (Bahia), do PSD; Eli Borges (Tocantins) e Ícaro de Valmir (Sergipe), que migraram do PL; Evair de Melo (Espírito Santo) e Thiago de Joaldo (Sergipe), oriundos do PP; Leo Prates (Bahia), vindo do PDT; além de Juarez Costa (Mato Grosso) e Marussa Boldrin (Goiás), que deixaram o MDB para se filiar ao Republicanos. O movimento reforça a estratégia da sigla de ampliar sua bancada com parlamentares de diferentes regiões e origens partidárias, evitando concentração geográfica e diversificando seu perfil político.

Apesar do saldo positivo em filiações, o Republicanos também registrou perdas relevantes durante a janela partidária de 2026, evidenciando a intensa movimentação interna e a disputa por quadros no sistema partidário. Deixaram a legenda nomes como Adail Filho (Amazonas) e Antônia Lúcia (Acre) ambos se filiaram ao MDB; Fernando Monteiro (Pernambuco), que migrou para o PSD; Lafayette de Andrada (Minas Gerais) e Vinicius Carvalho (São Paulo), ambos rumo ao PL; Gustinho Ribeiro (Sergipe) e Amaro Neto (Espírito Santo), que migraram para o PP; e Antonio Andrade (Tocantins) e Jeferson Rodrigues (Goiás), que ingressou no PSDB.

Republicanos



Além disso, houve uma concentração de saídas em direção ao União Brasil, que atraiu Aline Gurgel (Amapá), Defensor Stélio Dener (Roraima), Gabriel Mota (Roraima), Messias Donato (Espírito Santo), Samuel Viana (Minas Gerais), Diego Garcia (Paraná) e Thiago Flores (Rondônia). Esse movimento, embora parcialmente compensado pelas novas filiações, indica uma perda de quadros em diferentes regiões do país e reforça o cenário de alta competitividade entre as legendas na formação de bancadas para o próximo ciclo eleitoral.

Estruturalmente, o Republicanos se diferencia por investir fortemente na formação política de seus quadros, por meio da Fundação Republicana, que oferece cursos de capacitação e até ensino superior voltado à gestão pública. Além disso, o partido mantém uma ligação histórica com a Igreja Universal e com o Grupo Record, fatores que contribuem para sua organização e capilaridade eleitoral.

Para o ciclo político de 2026 e o pós-eleição, o Republicanos busca se consolidar como uma das principais forças do Congresso, ampliando sua representação tanto na Câmara quanto no Senado. A estratégia passa por ocupar espaços relevantes no governo a partir de 2027, incluindo ministérios, e se posicionar de forma competitiva em eventuais negociações de federação, fusão ou incorporação partidária. Atualmente figurando entre as maiores bancadas, sendo uma das principais forças do Legislativo, o partido trabalha para fortalecer ainda mais sua posição relativa no sistema partidário brasileiro.

Cidadania



Nas eleições de 2022, o Cidadania elegeu cinco deputados federais e manteve representação em assembleias legislativas de alguns estados, cumprindo a cláusula de barreira por meio da federação com o PSDB. A legenda, herdeira do antigo PPS, tem buscado se firmar como uma alternativa de centro progressista, mas enfrenta dificuldades crescentes para reter quadros diante das movimentações do ciclo eleitoral.

O saldo da janela partidária de 2026 foi negativo para o Cidadania. A sigla contabilizou duas saídas, Any Ortiz (Rio Grande do Sul) para o PP e Amom Mandel (Amazonas) para o Republicanos. Não houve nenhuma adesão na Câmara dos Deputados, passando de quatro para apenas dois deputados federais com mandato. No âmbito estadual, houve perdas em algumas assembleias legislativas, aprofundando o esvaziamento da legenda nas regiões onde ainda mantinha representação.

A federação com o PSDB se mantém como principal mecanismo de sobrevivência institucional do Cidadania, garantindo acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão. No entanto, a dependência crescente dessa estrutura compartilhada coloca em xeque a autonomia política da sigla e sua capacidade de construir um projeto próprio para 2026. Nos bastidores, o partido tem sido utilizado como alternativa por lideranças regionais para acomodar candidaturas proporcionais, sem grande protagonismo nas disputas majoritárias.

Missão



Ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), o Partido Missão teve seu registro aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em novembro de 2025, tornando-se a 30ª legenda registrada no país. A sigla é presidida nacionalmente por Renan Santos e já nasceu com a perspectiva de disputar as eleições de 2026 com candidaturas próprias, além de acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão. Na janela partidária de 2026, o Missão filiou o deputado federal Kim Kataguiri, egresso do União Brasil, consolidando sua primeira representação na Câmara dos Deputados. A legenda deve ampliar sua bancada com a migração de quadros do próprio MBL atualmente distribuídos em outras siglas, utilizando a janela como principal mecanismo de estruturação política.

No campo majoritário, o partido pretende lançar candidatura própria à Presidência da República, tendo Renan Santos como principal nome. Além disso, há articulações para disputas aos governos estaduais, como em Pernambuco, com Renan Hallais; Mato Grosso, com Rafael Milas; Santa Catarina, com Marcelo Brigadeiro; e Rio de Janeiro, com Rafael Luz. Para o Senado pelo Rio de Janeiro, o nome ventilado é o de Hélio Secco. Único deputado federal da sigla até o momento, Kim Kataguiri aparece em pesquisas como potencial candidato ao governo de São Paulo, embora ainda não tenha definido seu futuro político. O partido já conta com oito diretórios estaduais, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, onde pretende lançar candidaturas tanto proporcionais (deputados federais e estaduais) quanto majoritárias nas eleições de 2026.

Democracia Cristã



Nas eleições de 2020 e 2022, o Democracia Cristã (DC) teve desempenho eleitoral limitado, com baixa representação nos Executivos e Legislativos estaduais e federal e elegendo apenas uma deputada estadual. Ainda assim, a legenda manteve atuação voltada à construção partidária e à ampliação de sua presença nos estados. O partido também enfrentou perda relevante em sua bancada, com a saída da deputada estadual Maria Clara Marra, única deputada estadual do partido, que se filiou ao PSDB, deixando o DC sem representação nas assembleias legislativas. Por outro lado, o partido filiou dois deputados estaduais do Espírito Santo, Wellington Callegari, vindo do PL e Coronel Weliton do PRD.

A legenda passou por uma reestruturação com a chegada de João Caldas à presidência nacional, após três décadas de comando de José Maria Eymael. Ex-deputado federal e pai do prefeito de Maceió, JHC, Caldas assumiu o comando do partido com o objetivo de ampliar sua articulação política. Desde então, o DC tem avançado na organização interna, estruturando diretórios em diversos estados e promovendo a filiação de prefeitos, vice-prefeitos e lideranças locais com vistas às eleições proporcionais e majoritárias.

Mantendo a estratégia de afirmação política por meio de candidatura própria à Presidência da República, o partido lançou, para 2026, o nome de Aldo Rebelo ao Palácio do Planalto. Paralelamente, o Democracia Cristã pretende expandir sua presença institucional com candidaturas a deputado federal e estadual, além de disputar cargos majoritários, como governos estaduais e o Senado.

Agir



O Agir, antigo Partido Trabalhista Cristão (PTC), teve sua mudança de nome aprovada pelo TSE em março de 2022. A legenda tem origem no PRN, sigla que entrou para a história ao eleger o ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1989. Nas eleições de 2022, o partido não elegeu deputados federais, mas conquistou cinco deputados estaduais. Posteriormente, porém, a bancada sofreu baixas relevantes. O partido perdeu três desses parlamentares: Gugu Nader, de Goiás, que migrou para o Mobiliza e, posteriormente, se filiou ao PSDB; além de Jaqueline Silva e Doutora Jane Klebia, do Distrito Federal, que se filiaram ao MDB, sendo que Doutora Jane Klebia acabou migrando novamente, desta vez para o Republicanos. Por outro lado, a legenda incorporou Hudson Leal, oriundo do Republicanos, reforçando sua presença na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

As últimas horas da janela partidária de 2026 foram muito turbulentas para o Agir. Em Goiás, o deputado estadual Rubens Marques, então no União Brasil, chegou a se filiar à sigla, mas foi desfilado no mesmo dia pela direção estadual, retornando ao partido de origem. O presidente estadual, Fernando Meirelles, chegou a afirmar que Rosângela Rezende seria a única deputada com mandato a disputar as eleições pela legenda no estado. Situação semelhante ocorreu no Mato Grosso, onde o deputado estadual Paulo Araújo, então no PP, também se filiou ao Agir, mas foi expulso no mesmo dia. Posteriormente, ingressou no Republicanos, onde também enfrenta resistência interna.

Agir



No Distrito Federal, o cenário foi ainda mais delicado. O partido vinha sendo estruturado com foco na candidatura do ex-deputado distrital e então secretário de Cultura, Cláudio Abrantes. No entanto, nas horas finais da janela partidária, após reunião da nominata com a governadora Celina Leão, avaliações internas indicaram insuficiência de votos para viabilizar a eleição de Abrantes. Diante disso, houve uma debandada de pré-candidatos, que migraram para partidos da base governista, como União Brasil (para onde o próprio Cláudio Abrantes se filiou), além de Democrata, DC, MDB e Podemos, esvaziando assim toda a nominata do Agir no Distrito Federal.

Para as eleições de 2026, o Agir pretende ampliar sua representação, sobretudo nas assembleias legislativas. A legenda tem como estratégia priorizar a eleição de deputados estaduais, sem foco na Câmara dos Deputados e Senado Federal. O partido, inclusive, não pretende atingir a cláusula de barreira e já recusou propostas de fusão ou incorporação com outras siglas. O presidente nacional, Daniel Tourinho, defende uma atuação mais concentrada no nível estadual.

Nos bastidores, o Agir é visto como um partido relativamente “seguro”, no qual os diretórios estaduais tendem a ser preservados pela direção nacional, com menor interferência de lideranças externas. Ainda assim, disputas internas recentes acabaram gerando desgaste em alguns estados. Além disso, a legenda tem sido utilizada como alternativa por governadores e prefeitos para acomodar aliados e ampliar suas bases políticas, funcionando como instrumento de apoio indireto a candidaturas majoritárias.

Mobiliza



O Mobiliza, antigo Partido da Mobilização Nacional (PMN), passou por mudança de nome aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e busca se reposicionar no cenário político nacional. Nas eleições de 2022, a legenda não elegeu deputados federais, mas conquistou seis cadeiras nas assembleias legislativas. Para 2026, o partido pretende lançar Cabo Daciolo, ex-deputado federal e candidato à Presidência da República em 2018, como candidato ao Palácio do Planalto.

A bancada estadual, no entanto, sofreu movimentações relevantes desde a última eleição. No Distrito Federal, o deputado distrital Rogério Morro da Cruz deixou a sigla, passou pelo PRD e depois se filiou ao PSD. No Espírito Santo, o Mobiliza incorporou dois deputados estaduais vindos do PP, Zé Preto e Marcos Madureira. Em Goiás, embora não tivesse eleito deputados estaduais, a legenda passou a contar com quatro parlamentares: Gugu Nader, Veter Martins, Dra. Zeli e Cristiano Galindo. Posteriormente, Gugu Nader foi para o PSDB, Veter Martins migrou para o PSB, Dra. Zeli se filiou ao PSD e Cristiano Galindo retornou ao Solidariedade. Ainda assim, a sigla recebeu, nas horas finais da janela partidária, toda a nominata do Democracia Cristã no estado. No Ceará, o Mobiliza perdeu o deputado estadual Lucinildo Frota para o PDT; no Rio de Janeiro, Fred Pacheco migrou para o PL; e, em Minas Gerais, os três deputados estaduais da legenda, Gustavo Valadares, Grego da Fundação e Enes Cândido, passaram ao PSD.

Mobiliza



Para as eleições de 2026, o Mobiliza pretende ampliar sua representação, sobretudo nas assembleias legislativas. A legenda tem como estratégia priorizar a eleição de deputados estaduais, sem foco na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O partido, inclusive, não pretende alcançar a cláusula de barreira e já rejeitou propostas de fusão ou incorporação com outras siglas. O presidente nacional, Carlos Massarollo, defende uma atuação mais concentrada no nível estadual. Nos bastidores, o Mobiliza é visto como um partido “seguro”, no qual os diretórios estaduais tendem a ser preservados pela direção nacional, com menor interferência de lideranças externas. Além disso, a legenda tem sido utilizada como alternativa por governadores e prefeitos para acomodar aliados e ampliar suas bases políticas, funcionando como instrumento de apoio indireto a candidaturas majoritárias.

Partido Socialista Brasileiro



Nas eleições de 2022, o PSB apresentou desempenho robusto, elegendo 14 deputados federais, 1 senador e 54 deputados estaduais, mantendo presença relevante no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas. No campo executivo, a legenda também consolidou força ao garantir três governos estaduais, Renato Casagrande (Espírito Santo), João Azevêdo (Paraíba) e Carlos Brandão (Maranhão), além de ocupar a Vice-Presidência da República com Geraldo Alckmin, reforçando sua inserção no governo federal.

Em 2024, o partido ampliou sua capilaridade municipal, elegendo 312 prefeitos e 3.593 vereadores distribuídos em 24 estados, resultado que reforça sua presença territorial e competitividade nas disputas locais. Ainda assim, a legenda mantém como objetivo estratégico para 2026 o cumprimento com maior folga da cláusula de barreira, que exige a eleição mínima de 13 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação, ou o alcance de 2,5% dos votos válidos nacionais, com desempenho mínimo em nove estados.

Do ponto de vista político, o PSB tem buscado se consolidar como uma referência da centro-esquerda brasileira, investindo na atração de novos quadros e em uma agenda menos vinculada diretamente ao lulismo tradicional, com pautas consideradas mais modernas. A ascensão de João Campos à presidência nacional do partido sinaliza essa tentativa de renovação interna e reposicionamento estratégico para os próximos ciclos eleitorais.

Partido Socialista Brasileiro



No período pré-janela partidária, o PSB apresentou movimentos relevantes. Houve reforço pontual com a filiação do deputado federal Júnior Mano do PL, em articulação liderada pelo senador Cid Gomes. Por outro lado, na janela partidária, o partido registrou perdas importantes na Câmara dos Deputados, com as saídas de Guilherme Uchoa Jr. para o PSD, Heitor Schuch para o PSD, Bandeira de Mello para o PV, Duarte Jr. para o Avante e Gervásio Maia para o PCdoB. Além disso, a legenda perdeu espaço em estados estratégicos, ficando sem representação federal eleita em unidades como Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba.

Em contrapartida, o Ceará tornou-se o principal polo de crescimento da sigla. Sob a liderança de Cid Gomes, o PSB estruturou uma base competitiva, filiando deputados federais como Robério Monteiro e Idilvan Alencar, ambos oriundos do PDT, além do suplente Leônidas Cristino, também do PDT. No plano estadual, o partido saiu de nenhuma representação em 2022 para uma bancada de 12 deputados estaduais. Esse crescimento se refletiu também nas eleições municipais de 2024, quando o PSB elegeu 65 prefeitos entre os 184 municípios cearenses, tornando-se a legenda com o maior número de prefeituras no estado, superando o PDT, historicamente dominante sob a liderança dos irmãos Ferreira Gomes.

Partido Socialista Brasileiro



Além do Ceará, o PSB também buscou se fortalecer em outros estados com novas filiações relevantes, como Mário Negromonte Jr. da Bahia, vindo do PP, Ricardo Galvão de São Paulo, oriundo da Rede Sustentabilidade, e Maria Arraes de Pernambuco, que deixou o Solidariedade.

De forma geral, o PSB combina uma estratégia de fortalecimento regional com a tentativa de renovação programática e geracional. Apesar das perdas registradas, especialmente em estados onde perdeu representação federal, o partido mantém capilaridade nacional, presença no Executivo e capacidade de articulação política, fatores que o colocam como uma das principais forças da centro-esquerda na disputa por espaço e protagonismo até 2026.

Movimento Democrático Brasileiro



Nas eleições de 2022, o MDB elegeu 42 deputados federais, 3 governadores, 6 vice-governadores e 1 senador, mantendo-se como uma das legendas mais tradicionais e capilarizadas do país. Já nas eleições municipais de 2024, o partido voltou a demonstrar sua força histórica no interior e nos grandes colégios eleitorais ao eleger 864 prefeitos, 813 vice-prefeitos e 8.050 vereadores, consolidando-se como a legenda com maior presença municipal do Brasil.

A janela partidária de 2026 trouxe movimentações significativas para a bancada federal do partido. Entre as principais saídas estiveram Lúcio Mosquini (Rondônia), que se filiou ao PL; Delegado Palumbo (São Paulo), Duda Ramos (Roraima), Olival Marques (Pará) e Dra. Alessandra Haber (Pará), que migraram para o Podemos; Andreia Siqueira (Pará), que ingressou no PSB; Emanuel Pinheiro Neto (Mato Grosso), Helena Lima (Roraima) e Otoni de Paula (Rio de Janeiro), que foram para o PSD; Juarez Costa (Mato Grosso) e Marussa Boldrin (Goiás), que se filiaram ao Republicanos; Henderson Pinto (Pará), que migrou para o União Brasil; e Simone Marquette (São Paulo), que ingressou no PP. Além do Senador Fernando Dueire (Pernambuco) que foi para o PSD.

Por outro lado, o MDB também conseguiu atrair novos quadros relevantes durante a janela. Entraram na legenda Flávia Moraes (Goiás), vinda do PDT; Castro Neto e Marcos Aurélio Sampaio (Piauí), oriundos do PSD; Adail Filho (Amazonas), vindo do Republicanos; além de Dr. Zacharias Calil (Goiás), Luciano Bivar (Pernambuco) e Saullo Vianna (Amazonas), que deixaram o União Brasil para se filiar ao MDB. Outro movimento de destaque foi a filiação do vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, vindo do PSD, fortalecendo a presença do partido no maior colégio eleitoral do país.

Movimento Democrático Brasileiro



Apesar da capacidade de manter competitividade na Câmara dos Deputados e nos municípios, uma das maiores preocupações do MDB para 2026 está concentrada no Senado Federal. Atualmente, o partido conta com uma bancada de nove senadores, mas oito deles precisarão disputar a reeleição neste ciclo eleitoral, o que representa um risco relevante de redução da bancada na próxima legislatura.

O cenário gera apreensão adicional porque o senador Renan Filho, único nome do partido que permaneceria no Senado até 2031, é pré-candidato ao governo de Alagoas, podendo deixar a Casa antes do término do mandato. Ao mesmo tempo, dois dos três governadores eleitos pelo MDB em 2022, Ibaneis Rocha, no Distrito Federal, e Helder Barbalho, no Pará são cotados para disputar vagas ao Senado, movimento que pode ampliar a influência do partido na Casa Alta caso as candidaturas sejam bem-sucedidas.

Mesmo diante das mudanças da janela partidária, o MDB segue apostando em sua forte estrutura regional, na ampla presença municipal e na tradição de articulação política para manter protagonismo nacional em 2026, especialmente nas disputas estaduais e senatoriais.

Solidariedade



Nas eleições de 2022 e 2024, o Solidariedade apresentou desempenho eleitoral relevante, ainda que insuficiente para, de forma isolada, superar a cláusula de barreira. Em 2022, o partido elegeu quatro deputados federais, 21 deputados estaduais e um governador. Já nas eleições municipais de 2024, a sigla conquistou 63 prefeituras e 1.251 vereadores, mantendo presença capilarizada no cenário local.

Diante da não superação da cláusula de desempenho, a legenda buscou alternativas institucionais e viabilizou a incorporação do PROS, movimento que permitiu atingir o requisito mínimo de 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados distribuídos em pelo menos nove estados. Com isso, o Solidariedade voltou a ter acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão. Apesar do ganho institucional, a incorporação não se traduziu em estabilidade da bancada federal.

O partido passou por um esvaziamento significativo após a incorporação, principalmente de deputados do PROS: Weliton Prado permaneceu inicialmente na sigla, mas migrou para o PSD na janela partidária de 2026; Max Lemos também deixou o partido, passando por PSD e PDT antes de se filiar ao União Brasil; Toninho Wandscheer ingressou no PP; e Marcelo Lima foi cassado por infidelidade partidária ao se filiar ao PSB, abrindo espaço para o retorno do primeiro suplente, Paulinho da Força, presidente nacional da legenda.

Solidariedade



Com vistas às eleições de 2026, o Solidariedade decidiu formar uma federação com o Partido Renovação Democrática (PRD), estratégia voltada a aumentar as chances de cumprimento da cláusula de barreira, que se tornará mais rigorosa. A partir de 2026, será necessário eleger ao menos 13 deputados federais distribuídos em um terço das unidades da federação (nove estados, ou oito estados mais o Distrito Federal), ou alcançar 2,5% dos votos válidos nacionais, com no mínimo 1,5% em nove estados. Antes da janela partidária, Solidariedade e PRD somavam juntos dez deputados federais, depois da janela partidária a federação possui 7 deputados federais.

O saldo da janela partidária de 2026 foi negativo para o Solidariedade. A legenda perdeu deputados federais importantes, como Zé Silva (Minas Gerais), que se filiou ao União Brasil, Maria Arraes (Pernambuco), que retornou ao PSB, e o já citado Weliton Prado (Minas Gerais), que migrou para o PSD. Além disso, antes mesmo da janela, o partido sofreu a baixa do governador do Amapá, Clécio Luís, também para o União Brasil. No âmbito estadual, houve perdas em diversas assembleias legislativas, afetando a estrutura regional da sigla.

Por outro lado, o partido registrou algumas filiações relevantes, como a chegada do deputado federal Eduardo Velloso, do Acre, oriundo do União Brasil e cotado para disputar o Senado, além de Márcio Honaiser, do Maranhão, vindo do PDT. Ainda assim, os movimentos não foram suficientes para compensar as perdas no período.

Solidariedade



No campo político, o Solidariedade busca ampliar sua presença nos estados e reposicionar sua estratégia nacional. A legenda já sinalizou que não deverá apoiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026, mas ainda não definiu formalmente um alinhamento. Nesse contexto, ganhou destaque a aproximação com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que chegou a ser convidado por Paulinho da Força para disputar a Presidência da República pela sigla. A participação do dirigente partidário em eventos ligados ao governador reforça a sinalização de diálogo com setores de centro-direita, embora o partido ainda mantenha indefinição sobre seu posicionamento final na disputa presidencial.

Partido dos Trabalhadores



Nas eleições de 2022, o PT elegeu 69 deputados federais e retornou à Presidência da República com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. O partido também conquistou 4 vagas no Senado, além da eleição de 4 governadores e 1 vice-governador, consolidando-se novamente como a principal força da esquerda brasileira. Já nas eleições municipais de 2024, contudo, o desempenho da legenda ficou abaixo das expectativas, com a eleição de 252 prefeitos, 291 vice-prefeitos e 3.116 vereadores, resultado considerado modesto diante da presença do partido no governo federal.

Na janela partidária de 2026, o PT registrou uma baixa simbólica na Câmara dos Deputados com a saída da deputada Luizianne Lins (Ceará), que deixou a legenda após 37 anos de filiação para ingressar na Rede Sustentabilidade, em meio a divergências políticas no estado. Em contrapartida, o partido filiou o deputado Paulo Lemos (Amapá), oriundo do PSOL, mantendo-se como a segunda maior bancada da Câmara, com 66 parlamentares.

No Senado Federal, o partido também ampliou sua presença com a filiação da senadora Eliziane Gama (Maranhão), que deixou o PSD, além da chegada da vice-governadora do Ceará, Jade Romero, oriunda do MDB, fortalecendo o partido em um dos estados considerados estratégicos para a esquerda no Nordeste.

Partido dos Trabalhadores



O PT integra atualmente uma federação partidária com PCdoB e PV, construída ainda para as eleições de 2022. Dentro da aliança, o PCdoB conta com 11 deputados federais, enquanto o PV possui 6 parlamentares. Somadas, as três legendas formam uma bancada de 83 deputados federais, consolidando uma das maiores forças do campo progressista no Congresso Nacional. Durante a janela partidária, o PCdoB ampliou sua bancada em um deputado, enquanto o PV manteve o mesmo tamanho após registrar duas entradas e duas saídas.

Para as eleições de 2026, a estratégia petista está centrada na reeleição do presidente Lula, na manutenção dos governos estaduais já conquistados e na ampliação das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O partido também busca fortalecer os palanques regionais e melhorar seu desempenho municipal, especialmente em estados onde enfrentou dificuldades nas eleições de 2024.

Partido Progressistas



Nas eleições de 2022, o Partido Progressistas (PP) elegeu 47 deputados federais, 3 senadores, além de 2 governadores e 3 vice-governadores, consolidando-se como uma das principais forças do Centrão no Congresso Nacional. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda manteve sua forte capilaridade territorial ao eleger 752 prefeitos, 684 vice-prefeitos e 6.904 vereadores.

No cenário nacional, o PP integrou em 2022 a coligação “Pelo Bem do Brasil”, ao lado de PL e Republicanos, apoiando a candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição. O alinhamento fortaleceu a presença de parlamentares identificados com o bolsonarismo dentro da legenda. Após a derrota eleitoral, contudo, o partido passou a adotar uma postura mais pragmática e menos ideológica, abrindo espaço para diálogo com o governo federal. Nesse contexto, a nomeação de André Fufuca para o Ministério do Esporte foi interpretada como um gesto de aproximação institucional entre o Palácio do Planalto e setores da sigla.

Com foco nas eleições de 2026, o presidente nacional do partido, Ciro Nogueira, articulou ao lado de Antônio Rueda a criação da Federação União Progressistas, reunindo PP e União Brasil em uma das maiores estruturas políticas do país. A federação passou a concentrar 98 deputados federais, 10 senadores, 6 governadores e 6 vice-governadores, além de ampla presença municipal, somando 1.343 prefeitos, 1.191 vice-prefeitos e 12.349 vereadores. Com isso, o grupo tornou-se a maior força política tanto na Câmara dos Deputados quanto nos governos estaduais e nas administrações

Partido Progressistas



Durante a janela partidária de 2026, o PP registrou perdas relevantes, mas também conseguiu recompor parte de sua bancada com novas filiações. Deixaram o partido Vermelho (Paraná), que migrou para o PL; Delegado Bruno Lima (São Paulo), que foi para o Podemos; Mário Negromonte Jr. (Bahia), que ingressou no PSB; Mersinho Lucena (Paraíba), que se filiou ao PSD; Vicentinho Júnior (Tocantins), que migrou para o PSDB; Evair Vieira de Melo (Espírito Santo) e Thiago de Joaldo (Sergipe), que foram para o Republicanos; além de Fausto Pinato (São Paulo), Marx Beltrão (Alagoas) e Delegado da Cunha (São Paulo), que ingressaram no União Brasil.

Em contrapartida, a legenda atraiu nomes importantes durante a janela, como Any Ortiz (Rio Grande do Sul), oriunda do Cidadania; Gustinho Ribeiro (Sergipe) e Amaro Neto (Espírito Santo), vindos do Republicanos; Dagoberto Nogueira (Mato Grosso do Sul), que deixou o PSDB; Pedro Aihara (Minas Gerais), vindo do PRD; Simone Marquette (São Paulo), oriunda do MDB; além de Danilo Forte (Ceará) e Nelsinho Padovani (Paraná), que deixaram o União Brasil. Outro movimento considerado estratégico foi a filiação do vice-governador do Amazonas, Tadeu de Souza.

Para o pós-eleição de 2026, a principal estratégia do PP é consolidar a Federação União Progressistas em uma fusão definitiva, caso a experiência federativa apresente resultados positivos. A avaliação interna é de que uma eventual unificação poderá ampliar significativamente o poder de negociação do grupo no Congresso Nacional, fortalecer sua influência em governos estaduais e consolidar ainda mais sua capacidade de articulação dentro do governo federal, independentemente do resultado da disputa presidencial.

Partido Renovação Democrática



O Partido Renovação Democrática (PRD) surgiu a partir da fusão entre o Patriota (51) e o PTB (14), duas legendas que não conseguiram superar a cláusula de barreira nas eleições de 2022. A nova sigla foi oficialmente registrada em 9 de novembro de 2023, como uma alternativa para recompor força institucional e garantir acesso a recursos e tempo de mídia. Já nas eleições municipais de 2024, o PRD apresentou desempenho mediano, elegendo 77 prefeitos e 1.413 vereadores.

No pleito de 2022, antes da fusão, o PTB havia eleito apenas um deputado federal, Bebeto (Rio de Janeiro), que deixou a legenda em 2023 para se filiar ao Progressistas. Já o Patriota elegeu quatro deputados federais: Marreca Filho (Maranhão), Dr. Frederico, Fred Costa e Pedro Aihara (Minas Gerais). Esse conjunto formou a base inicial da nova legenda após a fusão.

Com vistas às eleições de 2026, o PRD optou por formar uma federação com o Solidariedade, em uma estratégia voltada ao cumprimento da cláusula de barreira, que se tornará mais exigente. A partir do próximo ciclo eleitoral, será necessário eleger ao menos 13 deputados federais distribuídos em um terço das unidades da federação (nove estados, ou oito estados mais o Distrito Federal), ou alcançar 2,5% dos votos válidos nacionais, com no mínimo 1,5% em nove estados. Antes da janela partidária de 2026, Solidariedade e PRD somavam juntos dez deputados federais; após o período, a federação passou a contar com sete parlamentares, evidenciando um cenário mais desafiador.

Partido Renovação Democrática



O saldo da janela partidária foi considerado mediano para o PRD. A legenda perdeu nomes relevantes, como Dr. Frederico (Minas Gerais) e Magda Mofatto (Goiás) que se filiaram ao PL, e Pedro Aihara (Minas Gerais), que migrou para o PP. Por outro lado, o partido recebeu o deputado federal Fernando Rodolfo.

No cenário nacional, especialmente na disputa pela Presidência da República em 2026, o PRD tende a seguir a orientação da federação com o Solidariedade, que ainda não definiu formalmente seu posicionamento. O presidente nacional da sigla, Paulinho da Força, já indicou que não apoiará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse contexto, surgem sinalizações de aproximação com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, embora ainda não haja definição concreta sobre o apoio presidencial da federação.

Partido Liberal



Nas eleições de 2022, o PL consolidou-se como o principal partido da direita brasileira ao eleger 2 governadores, 1 vice-governador, 99 deputados federais, 126 deputados estaduais e 8 senadores, formando a maior bancada da Câmara dos Deputados. O desempenho expressivo refletiu diretamente a força do bolsonarismo naquele ciclo eleitoral e transformou a legenda no principal polo de atração do campo conservador. Já nas eleições municipais de 2024, o partido ampliou sua presença territorial ao eleger 517 prefeitos e 4.924 vereadores, fortalecendo sua estrutura local em praticamente todas as regiões do país.

Ao longo da legislatura, contudo, a bancada federal sofreu desgastes pontuais e chegou à janela partidária de 2026 com 87 deputados. Ainda assim, o contexto político favoreceu fortemente a legenda. Com o senador Flávio Bolsonaro consolidado como pré-candidato à Presidência da República, o PL tornou-se o principal destino de parlamentares alinhados à direita e ao bolsonarismo, atraindo novos quadros em busca de maior viabilidade eleitoral e proximidade com o projeto presidencial do partido.

Durante a janela, o PL saltou de 87 para 96 deputados federais com mandato, registrando 21 filiações e 12 saídas, muitas delas concentradas nos últimos dias do prazo legal. Entre os principais reforços estão Alfredo Gaspar (Alagoas), relator da CPI do INSS e pré-candidato ao governo estadual, além de Rosângela Moro, que passou a integrar o partido em meio às articulações do grupo político

Partido Liberal



No Senado Federal, o partido também ampliou sua influência com as filiações de Sergio Moro (Paraná) e Efraim Filho (Paraíba), ambos oriundos do União Brasil. As entradas reforçaram a capacidade de articulação da legenda na Casa Alta e ampliaram o peso político do partido nas discussões nacionais. Em contrapartida, a senadora Eudócia Caldas (Alagoas) deixou a legenda e migrou para o PSDB.

Regionalmente, o PL segue dominante em áreas onde historicamente já possuía forte presença, especialmente no Sul, Sudeste e Norte do país. Entretanto, a legenda passou a investir de forma mais intensa no Nordeste, buscando ampliar competitividade em estados estratégicos por meio de candidaturas competitivas para 2026, como Efraim Filho ao governo da Paraíba, Alfredo Gaspar ao governo de Alagoas, Rodrigo Valadares ao Senado por Sergipe, João Roma ao Senado pela Bahia e Álvaro Dias ao governo do Rio Grande do Norte.

Para as eleições de 2026, o principal objetivo do partido é conquistar a Presidência da República e ampliar significativamente sua bancada no Senado Federal. A estratégia está diretamente ligada ao fortalecimento de pautas institucionais defendidas pelo bolsonarismo, especialmente discussões relacionadas ao Supremo Tribunal Federal e à possibilidade de avanço de pedidos de impeachment de ministros da Corte, tema que mobiliza parte relevante da base política da legenda.

Partido Socialismo e Liberdade



Nas eleições de 2022, o PSOL elegeu 13 deputados federais e manteve presença relevante nas assembleias legislativas, consolidando-se como uma das principais forças da esquerda no Congresso Nacional. Em aliança federativa com a Rede Sustentabilidade desde aquele pleito, o partido tem buscado ampliar sua base eleitoral sem abrir mão de sua identidade programática, marcada por pautas sociais, ambientais e de direitos humanos. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda não conseguiu eleger prefeitos, mas garantiu a eleição de 80 vereadores, número inferior aos 90 conquistados em 2020, indicando leve retração.

A janela partidária de 2026 teve impacto mais pontual na estrutura da sigla na Câmara dos Deputados. O principal movimento foi o retorno da deputada federal Duda Salabert (Minas Gerais), que deixou o PDT e retomou sua filiação ao PSOL, partido que havia integrado anteriormente. A volta foi tratada como estratégica pela direção partidária, especialmente pelo potencial de fortalecimento das pautas ambientais e pela ampliação da presença política da legenda em Minas Gerais.

Em sentido oposto, o deputado federal Paulo Lemos deixou o PSOL e filiou-se ao PT, representando uma baixa relevante dentro da bancada. Apesar dessas movimentações, o saldo final da legenda na Câmara dos Deputados permaneceu estável, com a manutenção das 13 cadeiras conquistadas em 2022.

Partido Socialismo e Liberdade



No plano estratégico, o PSOL segue orientado pelo desafio de cumprir a cláusula de barreira nas eleições de 2026. Para isso, mantém a federação com a Rede Sustentabilidade como instrumento central de sobrevivência institucional e ampliação de desempenho eleitoral. A aliança busca somar votos e estrutura partidária, permitindo maior competitividade tanto nas disputas proporcionais quanto na construção de chapas mais robustas nos estados.

Rede Sustentabilidade



Nas eleições de 2022, a Rede Sustentabilidade elegeu dois deputados federais e manteve presença discreta nas assembleias legislativas, alcançando a cláusula de barreira por meio da federação com o PSOL. Fundada pela ministra Marina Silva, a legenda preserva uma identidade vinculada às pautas ambientais, aos direitos sociais e ao campo progressista, embora conviva, nos últimos anos, com disputas internas recorrentes sobre direção partidária e posicionamento político. Já nas eleições municipais de 2024, o partido somente elegeu 4 prefeitos e 171 vereadores.

A janela partidária de 2026 trouxe movimentações relevantes, ainda que pontuais, na bancada federal. O principal reforço foi a filiação do deputado André Janones (Minas Gerais), oriundo do Avante, que chega à legenda com projeção nacional e potencial candidatura ao governo estadual. Também ingressou no partido a deputada Luizianne Lins (Ceará), após sua saída do PT, motivada por divergências internas no estado, o que amplia o peso político da sigla no Nordeste.

Por outro lado, a Rede registrou a saída do deputado Túlio Gadêlha (Pernambuco), que se filiou ao PSD e passou a ser cotado para disputar uma vaga ao Senado em aliança com o governo estadual. No saldo geral, as movimentações mantêm a bancada enxuta, mas com nomes de maior visibilidade política.

Rede Sustentabilidade



No plano interno, a legenda segue enfrentando tensões entre correntes ligadas a Marina Silva e Heloísa Helena, o que representa um obstáculo à construção de uma estratégia eleitoral unificada. Ainda assim, a chegada de novos quadros com densidade eleitoral amplia a exposição do partido e pode contribuir para melhorar seu desempenho em 2026.

Para as próximas eleições, a principal preocupação da Rede continua sendo o cumprimento da cláusula de barreira. Diante de sua estrutura limitada, a manutenção da federação com o PSOL aparece como o caminho mais provável para garantir sobrevivência institucional. No horizonte pós-eleitoral, não estão descartadas alternativas mais profundas, como uma eventual fusão ou incorporação, seja com o próprio PSOL ou com outras legendas do campo progressista, caso as dificuldades de crescimento autônomo persistam.



Partido Democrático Trabalhista

Nas eleições de 2022, o PDT elegeu 17 deputados federais, mantendo protagonismo histórico principalmente no Nordeste. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda demonstrou capilaridade relevante ao eleger 151 prefeitos e 2.503 vereadores em todo o país, preservando presença significativa no cenário local, apesar do avanço de partidos maiores e do fortalecimento das federações partidárias.

A janela partidária de 2026, contudo, representou um dos momentos mais delicados da história recente da legenda. O partido sofreu uma das maiores perdas proporcionais da Câmara dos Deputados, reduzindo sua bancada de 17 para 10 parlamentares, resultado de oito saídas e apenas uma filiação.

O impacto foi particularmente severo no Ceará, estado historicamente central para o partido. O PDT cearense, que havia eleito cinco deputados federais em 2022, passou a contar apenas com o presidente estadual André Figueiredo como representante na Câmara. Deixaram a sigla os deputados Robério Monteiro e Idilvan Alencar, que migraram para o PSB; Mauro Benevides Filho, que se filiou ao União Brasil; e Eduardo Bismarck, que ingressou no PV.



Partido Democrático Trabalhista

No plano estadual, o cenário no Ceará foi ainda mais drástico. O PDT perdeu todos os deputados estaduais eleitos em 2022 na Assembleia Legislativa, consequência direta das disputas internas entre os grupos políticos ligados a Cid Gomes e Ciro Gomes. Grande parte desses parlamentares acabou migrando para o PSB e para o PSDB, aprofundando o esvaziamento partidário no estado.

Em outros estados, o partido também perdeu nomes relevantes. A deputada Duda Salabert (Minas Gerais) retornou ao PSOL, enquanto Léo Prates (Bahia) se filiou ao Republicanos e Flávia Morais (Goiás) migrou para o MDB. A única chegada de maior expressão foi a filiação do ex-ministro do Turismo Celso Sabino (Pará), vindo do União Brasil após seu processo de expulsão da legenda.

Diante desse quadro, o principal objetivo do PDT para 2026 passou a ser a superação da cláusula de barreira e a preservação de sua estrutura nacional. Nos bastidores, cresce a discussão sobre alternativas de sobrevivência institucional no pós-eleição, incluindo negociações para uma eventual federação, fusão ou incorporação com outras legendas.

O enfraquecimento do partido reflete não apenas os efeitos imediatos da janela partidária, mas também uma crise estrutural mais ampla, marcada pela fragmentação de sua liderança histórica no Nordeste, pela perda de quadros estratégicos e pelo reposicionamento de lideranças em partidos considerados mais competitivos para as eleições de 2026.

Partido Social Democrático



Nas eleições de 2022, o PSD elegeu 42 deputados federais, 2 senadores, 2 governadores e 1 vice-governador, consolidando-se como uma das principais forças de centro do país. Já nas eleições municipais de 2024, o partido apresentou um dos melhores desempenhos nacionais, elegendo 891 prefeitos, 640 vice-prefeitos e 6.559 vereadores, tornando-se a legenda com maior número de prefeituras conquistadas no pleito.

Antes mesmo da janela partidária de 2026, o PSD já vinha em forte processo de expansão política. O partido atraiu parlamentares como Luciano Amaral (Alagoas), vindo do PV; Fernando Monteiro (Pernambuco), do Republicanos; Carlos Sampaio (São Paulo), do PSDB; Tiririca (Ceará), do PL; Gilberto Nascimento (São Paulo), do PSC; e Igor Timo (Minas Gerais), do Podemos. Além disso, o partido protagonizou importantes movimentos no Executivo estadual, com as filiações dos governadores Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Raquel Lyra (Pernambuco), ambos oriundos do PSDB, além de Marcos Rocha (Rondônia) e Ronaldo Caiado (Goiás), vindos do União Brasil. No Senado, o PSD também se fortaleceu com a chegada da senadora Mara Gabrilli (São Paulo), ex-PSDB.

Partido Social Democrático



Durante a janela partidária, entretanto, o partido também sofreu perdas relevantes. Deixaram a legenda Castro Neto e Marcos Aurélio Sampaio (Piauí), que migraram para o MDB; Cezinha de Madureira (São Paulo), Reinhold Stephanes (Paraná), Ismael (Santa Catarina) e Sargento Fatur (Paraná), que foram para o PL; Ribamar Silva e Gilberto Nascimento (São Paulo), que se filiaram ao Podemos; além de Luisa Canziani, Paulo Litro (Paraná), Igor Timo, Josivaldo JP, Luiz Fernando Faria (Minas Gerais) e Zé Haroldo Cathedral (Roraima), que migraram para o União Brasil. Também deixaram o partido Diego Coronel (Bahia), que foi para o Republicanos, e a senadora Eliziane Gama (Maranhão), que se filiou ao PT.

Em contrapartida, o PSD conseguiu ampliar ainda mais sua bancada com novas filiações. Entraram na legenda Emanuel Pinheiro Neto (Mato Grosso), Helena Lima (Roraima) e Otoni de Paula (Rio de Janeiro), vindos do MDB; Daniel Agrobom (Goiás), Wellington Roberto (Paraíba) e Giacobbo (Paraná), oriundos do PL; Raimundo Costa (Bahia), vindo do Podemos; Mersinho Lucena (Paraíba), do PP; Guilherme Uchoa (Pernambuco) e Heitor Schuch (Rio Grande do Sul), do PSB; Lucas Redecker (Rio Grande do Sul), Vitor Lippi e Paulo Alexandre Barbosa (São Paulo), vindos do PSDB; Túlio Gadêlha (Pernambuco), da Rede; Weliton Prado (Minas Gerais), do Solidariedade; e Fernanda Pessoa (Ceará), do União Brasil. No Senado, o partido também reforçou sua presença com as filiações de Fernando Dueire (Pernambuco), vindo do MDB, e Carlos Viana (Minas Gerais), oriundo do Podemos.

Partido Social Democrático



No cenário nacional, o PSD passou a se posicionar para a disputa presidencial de 2026 com a pré-candidatura de Ronaldo Caiado. Ainda assim, a própria natureza fisiológica e descentralizada do partido é vista como um desafio para a construção de um palanque nacional coeso. O PSD possui posicionamentos distintos conforme o estado: em algumas regiões integra a base do governo Lula, como na Bahia, enquanto em outras atua como oposição, como em São Paulo. Essa diversidade regional amplia a capacidade de articulação da legenda, mas dificulta a unificação de um projeto presidencial competitivo.

Atualmente, o PSD possui a segunda maior bancada do Senado Federal, com 13 senadores, somente atrás do PL com 16. No entanto, a legenda enfrenta preocupação semelhante à de outros grandes partidos: apenas três senadores têm mandato garantido até 2031, enquanto o restante precisará disputar a reeleição em 2026, colocando em risco parte do tamanho atual da bancada. O partido também ocupa posição estratégica dentro do governo federal. Atualmente, controla três ministérios relevantes na gestão Lula: Agricultura e Pecuária, Minas e Energia, e Pesca e Aquicultura. O presidente nacional Gilberto Kassab mantém forte capacidade de articulação política e busca preservar espaços institucionais independentemente do resultado da eleição presidencial.

Para 2027, a estratégia do PSD é ampliar suas bancadas na Câmara e no Senado, manter os governadores já eleitos e conquistar novos governos estaduais, consolidando-se como uma das

Partido Verde



Nas eleições de 2022, o PV elegeu seis deputados federais e manteve representação em algumas assembleias legislativas, atuando como integrante da Federação Brasil da Esperança, formada ao lado de PT e PCdoB. Historicamente ligado às pautas ambientais, sustentabilidade e direitos sociais, o partido mantém presença mais consolidada em centros urbanos e entre setores progressistas ligados à agenda climática e socioambiental. Já nas eleições municipais de 2024, a legenda teve um desempenho considerado fraco, elegendo apenas 14 prefeitos, 33 vice-prefeitos e 481 vereadores, registrando perda de espaço político em relação aos ciclos anteriores.

O PV integra atualmente a Federação Brasil da Esperança, estrutura considerada fundamental para a competitividade eleitoral das legendas menores do campo progressista. Dentro da federação, o PT conta com 66 deputados federais e o PCdoB possui 11 parlamentares. Juntas, as três siglas somam 83 deputados federais, formando uma das maiores bancadas do Congresso Nacional.

Antes mesmo da janela partidária de 2026, o PV sofreu duas baixas relevantes na Câmara dos Deputados: Luciano Amaral (Alagoas), que migrou para o PSD, e Jadyel Alencar (Piauí), que se filiou ao Republicanos. As saídas reduziram temporariamente a bancada da legenda e ampliaram a preocupação interna com a manutenção da competitividade eleitoral em estados onde o partido possui menor estrutura própria.

Partido Verde



Durante a janela partidária, contudo, o PV conseguiu recompor sua bancada e voltou a contar com seis deputados federais. Entre as principais filiações estiveram Bandeira de Mello (Rio de Janeiro), oriundo do PSB, e Eduardo Bismarck (Ceará), vindo do PDT. As entradas foram vistas como estratégicas para ampliar a presença regional do partido e fortalecer sua atuação dentro da federação.

Para 2026, o PV aposta fortemente na manutenção da Federação Brasil da Esperança como principal instrumento de sobrevivência e competitividade eleitoral. A aliança garante acesso mais robusto ao fundo eleitoral, maior tempo de propaganda em rádio e televisão e melhores condições de disputa nas eleições proporcionais.

Dentro do campo progressista, o PV também é visto como uma legenda mais moderada e, em muitos estados, mais atrativa para candidatos de centro e centro-esquerda que buscam competitividade eleitoral sem necessariamente se filiar diretamente ao PT ou ao PCdoB. A estrutura federativa permite que os candidatos disputem dentro de uma nominata mais forte e com maior capacidade de atingir o quociente eleitoral, especialmente em comparação a federações menores, como a formada entre PSOL e Rede, que enfrentam maiores dificuldades para alcançar competitividade proporcional em determinados estados.

NOVO



O NOVO teve um desempenho expressivo nas eleições de 2018, quando elegeu um governador, oito deputados federais e 12 deputados estaduais em sua primeira disputa geral. Em 2022, porém, com o rompimento do bolsonarismo, a legenda conseguiu apenas reeleger o governador Romeu Zema, além de manter três deputados federais e eleger cinco deputados estaduais. Apesar desse recuo no pleito nacional, o partido voltou a crescer antes da chegada da janela partidária, com a filiação de dois deputados federais, cinco deputados estaduais e um senador.

Entre as adesões, estão o deputado federal Luiz Lima, do Rio de Janeiro, que deixou o PL para ingressar no NOVO; o deputado federal Ricardo Salles, de São Paulo, que retornou ao partido após sair do PL; e o senador Eduardo Girão, que trocou o PROS pelo NOVO. No campo estadual, filiaram-se ao partido Emerson Jarude, deputado estadual do Acre, que saiu do MDB; João Henrique Catan, deputado estadual de Mato Grosso do Sul, que deixou o PL e já se colocou como pré-candidato ao governo do estado; Renato Antunes, deputado estadual de Pernambuco, que também saiu do PL; Elizeu Nascimento, deputado estadual de Mato Grosso, que trocou o PL pelo NOVO; e Fábio Oliveira, deputado estadual que deixou o Podemos para se filiar à legenda.

NOVO



Para as eleições de 2026, o NOVO pretende ampliar sua representação e alcançar a cláusula de barreira. A legenda, que tradicionalmente não fazia uso do fundo eleitoral, mudou de estratégia e passará a utilizá-lo. Em 2024, o partido não empregou todo o recurso ao qual tinha direito, já que o foco em prefeituras e câmaras municipais não seria suficiente para garantir o desempenho necessário para a cláusula de barreira. Agora, a prioridade é a eleição de deputados federais.

Pelas regras atuais, o partido precisa eleger 13 deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação, nove estados ou oito estados e o Distrito Federal, ou obter ao menos 2,5% dos votos válidos, com mínimo de 1,5% em nove estados. O crescimento do NOVO também reflete a flexibilização de regras internas e estatutárias, incluindo a revogação do processo seletivo para candidaturas, além da decisão de usar o fundo eleitoral. Outro fator é o fortalecimento de uma nova alternativa no campo da direita: em vários estados, o PL já concentra parlamentares de grande peso, e o NOVO passa a aparecer como uma opção para quem deseja construir trajetória política em uma legenda de um partido identitário de direita, mas sem alinhamento integral ao bolsonarismo.



06

Conclusão

Conclusão

A recomposição das bancadas para as eleições de 2026 evidencia um processo de profunda reorganização do sistema partidário brasileiro. As movimentações observadas ao longo da legislatura demonstram que os partidos passaram a atuar de forma cada vez mais estratégica, priorizando competitividade eleitoral, sobrevivência institucional e fortalecimento de estruturas regionais e nacionais.

O cenário também confirma os efeitos da cláusula de barreira e das federações partidárias sobre o comportamento das legendas. Partidos grandes e médios ampliaram sua capacidade de atração de parlamentares e consolidaram espaço político, enquanto siglas menores passaram a depender cada vez mais de alianças, federações, fusões ou incorporações para manter relevância no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, as movimentações revelam uma disputa nacional cada vez mais polarizada entre campos políticos organizados em grandes blocos, mas também marcada pelo fortalecimento de partidos pragmáticos e de centro, que buscam ampliar poder de negociação independentemente do resultado da disputa presidencial.

Nesse contexto, as eleições de 2026 tendem a representar não apenas uma disputa eleitoral tradicional, mas também um novo momento de consolidação e redefinição do sistema partidário brasileiro. O desempenho das federações, a sobrevivência das legendas menores e a capacidade dos grandes partidos de manter coesão interna devem influenciar diretamente a governabilidade, a representação política e o equilíbrio de forças no Congresso Nacional nos próximos anos.



“A democracia representativa não é o sistema perfeito, mas o melhor dos sistemas.”

José Sarney



Ranking
dos políticos

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto
de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

Mantenedores:

DMOC



JUDIT



www.politicos.org.br

